

1 No dia 16 de junho de 2009, na sala de reuniões do andar térreo do Edifício Marie Prendi Cruz, sito
2 à SEPN 505 Lote 02 Bloco B, em Brasília-DF, deu-se a abertura da 36ª Reunião Ordinária da
3 Comissão Nacional de Biodiversidade, CONABIO. Estavam presentes os seguintes membros da
4 Comissão: o Sr. **Braulio Dias** (titular), representante do Ministério do Meio Ambiente MMA; O Sr.
5 **João Pessoa Riograndense** (suplente), representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e
6 dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; o Sr. **Kleber Souza dos Santos** (titular),
7 representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; o Sr. **David**
8 **Conway Oren** (suplente), representante do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT; a Sra.
9 **Daniela Cruz de Carvalho** (suplente), representante do Ministério da Integração Nacional –MI; o
10 Sr. **Fernando Estellita Coimbra** (titular), representante do Ministério das Relações Exteriores –
11 MI; a Sra. **Márcia Chame dos Santos** (titular), representante do Ministério da Saúde - MS; a Sra.
12 **Nanuza Luiza de Menezes** (titular), representante da Academia Brasileira de Ciências – ABC, o Sr.
13 **Nelson Ananias Filho** (titular), representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil -
14 CNA; a Sra. **Elisa Romano Dezolt** (suplente), representante da Confederação Nacional da Indústria
15 – CNI; o Sr. **Lúcio Flores** (titular) representante da Coordenação das Organizações Indígenas da
16 Amazônia Brasileira - COIAB; a Sra. **Fani Mamede** (titular), representante da Confederação
17 Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; o Sr. **César Victor do Espírito Santo**
18 (suplente), representante do Fórum Brasileiro de ONGs – ONGs Ambientalistas; o Sr. **Aladim de**
19 **Alfaia Gomes** (suplente), representante do Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE e o Sr.
20 **Miguel Guerra** (titular), representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência –
21 SBPC. Os seguintes convidados estiveram presentes: a Sra. **Lídia Miranda de Lima** (MCT) e a
22 Sra. **Paula Tavares** (MD). Também participaram da reunião os seguintes membros da Secretaria
23 Executiva da CONABIO: **Érica Frazão Pereira, Gláucia Jordão Zerbini e Marcos Aurélio**
24 **Carvalho**. A pauta da reunião compreendeu os seguintes itens: **1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO**
25 **DA PAUTA; 3. APROVAÇÃO DA ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONABIO; 4.**
26 **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÕES, 4.1. Deliberação para a criação da Câmara Técnica**
27 **Permanente de Biodiversidade e Ciência e do GT de Modelagem da Biodiversidade; 5.**
28 **ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO, 5.1. Subsídios para a Câmara Técnica Temporária de**
29 **Planejamento e Acompanhamento do Ano Internacional da Biodiversidade – 2010 5.2.**
30 **Propostas de melhoria no acompanhamento dos trabalhos da CDB pela CONABIO; 6.**
31 **INFORMES, 6.1. Informe sobre a pauta provisória para a COP 10 – MRE, 6.2. Informe**
32 **sobre os resultados da reunião em Paris sobre o Regime Internacional de Acesso e Repartição**
33 **de Benefícios – ABS – MRE, 7. ENCERRAMENTO.** O Sr. **Braulio Dias** deu início à reunião às
34 10h00, saudou os presentes, citou os documentos recebidos e colocou a pauta em votação, a qual foi

35 aprovada, por unanimidade, com inversão na ordem dos itens Em seguida, a ata da 35ª Reunião
36 Ordinária foi aprovada por unanimidade considerando as observações feitas pelos Srs. **David Oren**,
37 **Kleber Santos** e **Braulio Dias**. Deu-se início ao item 4.1 da pauta - Deliberação para a criação da
38 Câmara Técnica Permanente de Biodiversidade e Ciência e do GT de Modelagem da
39 Biodiversidade. A Sra. **Lídia Leandra** do MCT se apresentou aos membros da Comissão e expôs
40 algumas considerações com relação ao documento. Citou que uma das finalidade das Câmaras
41 Técnicas da CONABIO é a de promover a discussão e a articulação em temas relevantes para a
42 implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica e dos princípios e diretrizes da Política
43 Nacional da Biodiversidade, mas considerou que a proposta da deliberação ultrapassa tal finalidade.
44 Opinou que essa Câmara Técnica não deveria atribuir para si qualquer ação que esteja na mão de
45 outras instituições públicas, como a que está no art. 2º inciso I, que diz que a Câmara Técnica terá
46 por atribuições “proporcionar o melhor uso dos avanços científicos em biodiversidade”. É como se
47 a Câmara fosse um dos atores públicos que fizesse essa ação. Sugeriu substituir “proporcionar” por
48 “propor”. O Sr. **Braulio Dias** achou correto o termo propor e ressaltou que essa Câmara, assim
49 como as demais, tem que ser propositiva e trazer, para o plenário da CONABIO, sugestões,
50 reivindicações, recomendações, encaminhamentos e não ser uma instância deliberativa. Explicou
51 que a atribuição da Câmara nesse primeiro inciso é propor como usar melhor os avanços científicos
52 no suporte à tomada de decisões de políticas públicas de biodiversidade. Após discussão e sugestões
53 das Sras. **Márcia Chame**, **Lídia Leandra** e do Srs. **César Victor** e **Braulio Dias** a redação do art
54 2º inciso I foi modificada para: “propor à CONABIO propostas que propiciem o melhor uso...”
55 Com a finalidade de organizar a discussão, o Sr. **Braulio Dias** sugeriu voltar para os
56 “considerandos” e discutir os artigos na seqüência. A Sra. **Lídia Leandra** pergunta se há
57 documentos de referência de seminários e consultas. O Sr. **Braulio Dias** explicou que os
58 documentos foram distribuídos na 35ª Reunião Ordinária da Comissão e citou duas reuniões que
59 instigaram a fazer essa discussão: a reunião de consulta ao setor acadêmico brasileiro sobre a
60 relação entre ciência e políticas públicas em biodiversidade, em novembro de 2007, que produziu
61 um relatório com uma série de recomendações em políticas públicas de biodiversidade e a reunião
62 sobre modelagem da biodiversidade, em março de 2009, que recomendou a criação de um grupo de
63 trabalho. A Sra. **Lídia Leandra** sugeriu ressaltar, no primeiro parágrafo do texto, o art.6º inciso
64 XIV, que trata das Câmaras Técnicas. Como não houve observações nos “considerandos” seguintes,
65 seguiu-se para o art. 1º. A Sra. **Fani Mamede** perguntou se nesta Câmara Técnica serão tratados os
66 conhecimentos tradicionais associados e se não poderia ser criado um Grupo de Trabalho (GT)
67 específico. O Sr. **Braulio Dias** respondeu que a demanda recebida foi com relação ao conhecimento
68 científico, uma reivindicação da comunidade científica de melhorar o canal de comunicação entre o

69 setor acadêmico e as instâncias que tomam decisões sobre políticas de biodiversidade. Opinou que
70 não seria o caso de tratar questões de conhecimento tradicional, ou de criar um GT. Lembrou que
71 existem setores da ciência, como a etnobiologia, que se relacionam com questões de conhecimento
72 tradicional e, neste caso, seriam considerados pela Câmara. O Sr. **Nelson Ananias** questionou como
73 a Embrapa e o INPI, por exemplo, entrariam na definição de setor acadêmico. Os Srs., **Kleber**
74 **Santos, Miguel Guerra, David Oren, Braulio Dias e a Sra Nanuza Menezes** sugeriram o uso de
75 outros termos mais abrangentes e, ao final da discussão, os membros chegaram ao consenso de
76 substituir “o setor acadêmico” por “a comunidade científica” no art. 1º e no restante da deliberação.
77 O Sr. **Braulio Dias** passou para o art. 2º e perguntou se havia mais alguma observação sobre o
78 inciso I, já discutido anteriormente e seguiu para o inciso II. A Sra. **Lídia Leandra** sugeriu alterar
79 para “propor o encaminhamento” e o Sr. **Miguel Guerra** sugeriu colocar direto “encaminhar”. O Sr.
80 **Kleber Santos** sugeriu colocar o termo “propor à CONABIO” no cabeçalho do art. 2º, para se
81 referir a todos os incisos, o que foi aceito por todos os membros presentes. Sendo assim, o Sr.
82 **Braulio Dias**, sugeriu eliminar o início da frase do inciso II e permanecer o restante: “demandas de
83 informações... em políticas públicas de biodiversidade”. Aprovado o inciso II, passou-se para o
84 inciso III. A Sra. **Lídia Leandra** apresentou sua preocupação com a amplitude das informações,
85 pois considerou “riscos à biodiversidade” uma sugestão muito ampla. Citou a questão dos OGMs
86 tratada pela CTNBio. O Sr. **Braulio Dias** conjecturou que se a Câmara Técnica chamar a atenção da
87 CONABIO sobre algum tema que seja competência do CONAMA, ou CGEN, ou CTNBio, caberá
88 ao plenário da CONABIO não deliberar, mas encaminhar ao colegiado competente. A Sra. **Márcia**
89 **Chame** lembrou que os riscos a partir da ciência não incluem somente OGMS, mas espécies
90 invasoras e outras atividades. Ela considera importante a existência de um canal para a própria
91 Ciência conseguir transmitir o seu conhecimento à CONABIO. O Sr. **Braulio Dias** concordou em
92 considerar esta Câmara como um canal e não caracterizá-la como uma instância de análise de risco,
93 o que extrapolaria a sua função. A Sra. **Lídia Leandra** apontou que a redação final do inciso,
94 “incluindo resultados de monitoramento e cenários de modelagem matemática”, não ficou clara. O
95 Sr. **Braulio Dias** apresentou o entendimento de que esse inciso remete genericamente a eventuais
96 informações sobre risco. O Sr. **Aladim Gomes** entendeu que a redação propõe a identificação do
97 risco precoce para alerta à biodiversidade. O Sr. **Braulio Dias** disse não ser intenção transformar
98 essa Câmara numa instância de análise de risco, mas sim funcionar como um canal de transmissão
99 de informação entre a CONABIO e a comunidade científica. O Sr. **César Victor** criticou o termo
100 “avanços da ciência” e sugeriu alterar para “resultados da ciência”. O Sr. **Miguel Guerra**
101 considerou o texto do inciso bem formulado, disse que deixaria “alerta precoce”, “risco” e
102 “avanços”, que são termos fortes e relevantes, mas se for para cortar algo sugeriu terminar a frase

103 em “avanços da Ciência” e eliminar o restante. Informou que no hemisfério norte são chamados de
104 sinais precoces os riscos que determinadas tecnologias podem gerar. Lembrou que a CONABIO se
105 relaciona com a CDB e a CDB consagra o princípio da precaução. Considerou que a colocação de
106 ter alerta precoce sobre o que acontece, não se refere a OGMs, mas a mudanças climáticas globais,
107 fragmentação de ecossistemas, introdução de espécies exóticas invasoras. Também concordou com
108 os avanços da ciência associados aos alertas precoces, porque o avanço das ciências está na
109 construção de pressupostos que poderão ser mudados amanhã. Considerou que é um sinal de que a
110 CONABIO está alerta para a questão de que existem alguns riscos à biodiversidade e que a
111 comunidade científica pode nos seus avanços do dia-a-dia proceder a determinados alertas. Citou a
112 questão dos polinizadores alertada há muitos anos pela comunidade científica. O Sr. **Braulio Dias**
113 comentou que a partir de uma demanda do MMA e MDIC foi aprovado pelo Fundo Setorial de
114 Agronegócios o apoio a projetos de pesquisa sobre manejo de polinizadores na agricultura.
115 Informou também que o CNPq irá lançar um edital para identificar e contratar projetos de pesquisa
116 com essa finalidade. Disse que é um resultado concreto a partir dos alertas recebidos. Após ampla
117 discussão entre os membros a redação aprovada para o inciso III foi: “o encaminhamento de alertas
118 precoces de riscos à biodiversidade, a partir de resultados ou avanços da ciência”. Seguiu-se para o
119 inciso IV. O Sr. **David Oren** alertou que existe um projeto que está sendo elaborado para o GEF que
120 irá fazer exatamente o proposto no IV e considerou que as ações de identificar e propor políticas de
121 gestão serão realizadas independentemente da instalação desta Câmara Técnica. O Sr. **Braulio Dias**
122 opinou que isso não eliminaria a eventualidade da comunidade científica ter sugestões adicionais e
123 de melhoria, mas concordou que a frase deveria ser adequada, uma vez que, como dito pelo Sr.
124 David Oren, grande parte disto será contemplado pelo projeto do MCT. Após discussão e sugestões
125 das Sras. **Márcia Chame, Lídia Leandra** e do Srs. **David Oren, João Pessoa, Nelson Ananias,**
126 **Miguel Guerra e Braulio Dias** a redação modificada e aprovada foi: “aperfeiçoamento da gestão
127 da informação que promovam a agilidade na disponibilização em rede dos dados e das informações
128 resultantes de pesquisa científica em biodiversidade”. Iniciou-se a análise do inciso V. O Sr. **Braulio**
129 **Dias** propôs excluir “identificar e propor” e começar com a palavra “iniciativas”. A Sra. **Elisa**
130 **Romano** questionou o sentido da frase “Propor iniciativas para aumento da capacidade dos gestores
131 públicos”. O Sr. **Braulio Dias** concordou que a frase deveria ser melhorada para não dar o sentido
132 de que gestores públicos são incapazes, no entanto considerou necessário promover essa melhor
133 capacitação. Sugeriu alterar para “melhorias do uso da informação pelos gestores públicos”. A Sra.
134 **Elisa Romano** sugeriu especificar “informação científica, pelos gestores públicos, bem como para a
135 melhoria na comunicação pela comunidade científica”. Após comentários gerais o texto final
136 aprovado para o inciso V foi: “iniciativas para melhoria do uso da informação científica pelos

137 gestores públicos, bem como para a melhoria na comunicação pela comunidade científica das
138 implicações dos avanços científicos para políticas públicas relevantes para a biodiversidade”. O Sr.
139 **David Oren** sugeriu outra atribuição dessa Câmara Técnica, que seria encaminhar à CONABIO as
140 demandas específicas da comunidade científica sobre o estudo, uso, inventário e pesquisa da
141 biodiversidade brasileira. Sendo assim, propôs a criação de mais um inciso que indique que a
142 comunidade científica também pode usar essa Câmara Técnica para que seus anseios cheguem à
143 CONABIO. Após sugestões dadas pelos Srs. **David Oren, Braulio Dias, Kleber Santos, Miguel**
144 **Guerra** e pela Sra. **Lídia Leandra**, foi elaborado e aprovado pelos membros presentes a seguinte
145 redação para o inciso VI: “o encaminhamento de demandas específicas da comunidade científica
146 destinadas ao aperfeiçoamento de políticas relacionadas ao estudo e à coleta da biodiversidade”. Em
147 seguida, o Sr. **Braulio Dias** passou para o art. 3º que trata da composição. Fez o alerta para que não
148 fosse criada uma Câmara Técnica muito grande, a fim de não prejudicar o seu funcionamento.
149 Lembrou que na Reunião passada, foi aprovada a entrada de grandes Sociedades, que recebemos
150 algumas sugestões e que na Reunião de Modelagem da Biodiversidade da importância de Redes de
151 Pesquisa. Pediu à Sra Erica Pereira que resgatasse estas informações e passou a palavra ao
152 membros. O Sr. **Miguel Guerra** opinou pelas três grandes Sociedades taxonômicas: Botânica,
153 Zoologia e Microbiologia. O Sr. **Aladim Gomes** sugeriu a união do inciso I ao texto do artigo 3º. O
154 Sr. **Nelson Ananias** manifestou a intenção de participação da CNA. O Srs. **David Oren** lembrou
155 que os membros da CONABIO poderão encaminhar demandas para esta Câmara e o Sr. **Braulio**
156 **Dias** complementou dizendo que essa Comissão também avaliará resultados e recomendações que
157 virão da Câmara, o que dá oportunidade a todos os membros da Comissão, no dever que foi
158 recomendado pela Câmara, tomarem decisões sobre os encaminhamentos. O Sr. **Miguel Guerra**
159 repassou as sugestões do Sr. **Miguel Rodrigues** que são a Sociedade Brasileira de Zoologia,
160 Botânica, alguém da Farmácia, Bioquímica ou de Farmacologia, um representante de Institutos de
161 pesquisas aplicados, que poderia ser Butantã, Fiocruz e um dos representantes de grandes museus
162 ou da Rede de Museus Nacionais. O Sr. **Braulio Dias** lembrou que conforme for o assunto, a
163 Câmara poderá convidar especialista. Se, por exemplo, o assunto for referente à coleções, seria
164 apropriado chamar alguns diretores de museus para estar naquela discussão, mas não seria
165 necessário que aquele museu seja um membro permanente da Câmara. A Sra. **Elisa Romano**
166 sugeriu que a CNI fosse suplente da CNA. A Sra. **Márcia Chame** achou que seria importante
167 pensar quem são os grandes atores da ciência dentro dessa questão, talvez nem ter representação de
168 Sociedades, mas pessoas de notório saber. Também opinou por alguém na área da economia e essa
169 sugestão foi apoiada pelo Sr. **Kleber Santos**, que citou as áreas de economia ambiental, economia
170 ecológica e avaliações sobre o valor econômico da biodiversidade. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu não

171 nomear certas sociedades, mas abrir a vaga por tema. O Sr. **Kleber Santos** considerou importante a
172 participação do MAPA nesta Câmara devido ao seu papel bastante atuante em toda rede pública de
173 pesquisa, coordenação da rede de pesquisa via EMBRAPA e via também instituições estaduais de
174 pesquisa. O Sr. **Braulio Dias** concordou e opinou que se for colocar um Ministério como o da
175 Agricultura, que tem toda a relevância na pesquisa para a agricultura e pecuária, talvez tenha que
176 colocar também a área de saúde. A Sra. **Márcia Chame**, acrescentou que a área da saúde tem uma
177 longa experiência na ciência e na pesquisa, mas que esta área da pesquisa poderia estar representada
178 nas Sociedades de Zoologia, de Microbiologia ou Química, no entanto com a visão do especialista e
179 não com a visão institucional da biodiversidade da saúde. Concordou com a representação por
180 temas sugerida pelo Sr. Braulio Dias. O Sr. **Braulio Dias** disse que como a intenção é criar um
181 diálogo entre política e ciência, essa Câmara Técnica não poderia ser composta só de representantes
182 da comunidade científica. Houve um consenso entre os membros da Comissão de que a Câmara
183 Técnica deverá ser composta predominantemente pela comunidade científica, mas também com
184 representação de gestores de política. Em seguida discutiu-se o tamanho máximo da Câmara. O Sr.
185 **Aladim Gomes** sugeriu no máximo nove instituições. O Sr. **Miguel Guerra** achou que poderia ter
186 até onze entidades e frisou a necessidade de manter as três Sociedades Científicas: Microbiologia,
187 Zoologia e Botânica. A Sra. **Lídia Leandra** concordou com a sugestão do Miguel de manter as três
188 Sociedades, incluir dois Ministérios (MAPA e MS) e sugeriu tirar o Chico Mendes e não incluir o
189 CNPq. A Sra. **Nanuza Menezes** concordou com onze membros para a composição da Câmara. O
190 Sr. **João Pessoa** defendeu a inclusão do IBAMA e sugeriu o nome do IPEA para participar da
191 Câmara. A partir das sugestões apresentadas o Sr. Braulio Dias apresentou a proposta de um limite
192 de dez entidades, incluindo o MMA, MCT, MAPA, MS, SBPC, ABC, SBB, SBZ, SBM e Sociedade
193 Científica na área das Ciências Sociais. O Sr. **João Pessoa** concordou com a saída do IBAMA e
194 pediu a suplência do MMA. O Sr. **Nelson Ananias** questionou a saída da CNA. O Sr. **Braulio Dias**
195 apresentou uma solução de deixar claro no texto dessa deliberação, de que a Câmara vai trabalhar a
196 partir de demandas também apresentadas pela Comissão. A Sra. **Lídia Leandra** sugeriu incluir isto
197 num parágrafo único. Foi aprovada por todos os membros a inclusão de um parágrafo único ao art.
198 2º com o seguinte texto: “A Câmara Técnica atenderá outras demandas específicas identificadas
199 pela CONABIO”. O texto aprovado para o artigo 3º foi: “Art. 3º A Câmara Técnica Permanente de
200 Biodiversidade e Ciência será composta por um representante e respectivo suplente de cada órgão
201 governamental e organização da sociedade civil, a seguir indicados:”. A composição aprovada foi
202 MMA, MCT, MAPA, MS, SBPC, ABC, SBB, SBZ, SBM e Sociedade Científica na Área de
203 Ciências Sociais. Foi feito um intervalo para o almoço e a Reunião foi reiniciada às 14:45. O Sr.
204 **David Oren** disse que durante a COP 8, os países signatários da convenção assumiram a

205 responsabilidade de consultar suas comunidades científicas, com o intuito de contar com mais
206 colaboração para implementação da Convenção da Diversidade Biológica. Sugeriu a articulação das
207 demandas dos produtores rurais de agronegócio criando uma Câmara Técnica de Agricultura e
208 Biodiversidade. O Sr. **Braulio Dias** explicou que a Comissão, para funcionar concretamente,
209 deveria lidar com diferentes temas. Respondeu ao Sr. **David Oren** que a Câmara Técnica de Ciência
210 era uma nova tentativa de atender a demanda da comunidade científica, abrindo um canal de
211 diálogo com o Governo, e que quando começar a funcionar, ganhará sua própria dinâmica. Quanto à
212 sugestão dessa nova câmara, explicou que deveria existir cautela na criação de câmaras, correndo o
213 risco de se ficar sem fôlego para implementá-las. Antes de passar para a discussão do artigo quarto,
214 o Sr. **Braulio Dias** lembrou o porquê dessa proposta de criação do grupo de trabalho de
215 modelagem da perda de biodiversidade, a partir da reunião técnica no Rio de Janeiro, onde o
216 Ministério em conjunto com o PNUMA começou a discutir essas questões. Falou sobre a
217 recomendação do PNUMA de utilização de um modelo internacional de modelagem, o GLOBIO 3
218 e da existência de uma página na Internet do Ministério que continha todas as apresentações, slides
219 e documentos divulgados durante a reunião. Esclareceu que a partir dessa reunião foram discutidos
220 os próximos passos e que constataram a existência de grupos de pesquisa no Brasil fazendo
221 modelagem com interesse de colaborar mais com o governo, aperfeiçoando as modelagens em
222 relação às perdas de biodiversidade, além de simular melhor cenários em relação às mudanças
223 climáticas da cobertura vegetal e da invasão de espécies exóticas invasoras, dentre outros. Disse que
224 a recomendação em termos de procedimento foi de criar um grupo de trabalho que ajudasse a
225 coordenar esses diferentes grupos que já atuam no Brasil com modelagem e, portanto, a Deliberação
226 em discussão objetivava aprovar, também, a criação desse grupo. Nessa reunião foram elencadas as
227 tarefas que o grupo deveria desenvolver, como: melhorar a definição dos chamados algoritmos, que
228 definem o próprio modelo para adequá-lo melhor à realidade brasileira; trabalhos de validação do
229 uso desse modelo no Brasil, alimentando o modelo e checando os resultados; promover a calibração
230 dos índices atribuídos aos diferentes fatores de pressão para as condições brasileiras, e se possível,
231 ampliando-os; revisar os fatores de pressão pré-definidos no modelo; escolher classes de uso da
232 terra para alimentar o modelo; recomendar a geração de cenários futuros; e descobrir como analisar
233 as implicações da perda de biodiversidade para manutenção de serviços ambientais. Por fim,
234 explicou que a idéia é que esse GT possa funcionar como uma instância no âmbito da Câmara
235 Técnica de Ciência, voltada à questão de se fazer a articulação entre grupos e redes de pesquisa que
236 trabalham com modelagem, procurando gerar subsídios que possam ser trazidos pela Câmara
237 Técnica de Biodiversidade e Ciência para apreciação da CONABIO. A Sra. **Lídia Leandra**,
238 questionou o porquê da criação no âmbito da Câmara Técnica de Biodiversidade de um grupo de

239 trabalho composto por pessoas estritas da câmara. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que a idéia é de
240 não serem feitas modelagens soltas trazendo resultados da ciência para subsidiar políticas públicas,
241 mesmo sendo a modelagem muito especializada. Após revisão e discussão de todo o texto a
242 Deliberação foi aprovada. O Sr. **Braulio Dias** abriu um parênteses dizendo crer que a criação dessa
243 câmara, auxiliará no cumprimento do papel de aproximar melhor o diálogo entre Ciência e Políticas
244 Públicas de Biodiversidade. O Sr. **Fernando Coimbra** tomou a palavra manifestando a satisfação
245 do Itamaraty pela decisão de criar-se essa Câmara Técnica Permanente, considerando uma instância
246 muito necessária e que auxiliará nos trabalhos no plano internacional. Depois falou sobre uma das
247 iniciativas de grande importância a se acompanhar, a criação de uma plataforma inter-
248 governamental sobre a biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Disse que essa iniciativa partiu de
249 uma discussão iniciada em novembro do ano passado, e que terá uma segunda rodada de consultas
250 inter-governamentais em outubro de 2009. Explicou que em fevereiro desse ano, em Nairóbi, na
251 reunião de Ministros do meio ambiente, na sede do PNUMA, houve também uma decisão a respeito
252 dessa plataforma, que continuará sendo discutida numa sessão de alto nível sobre biodiversidade à
253 margem da assembléia geral nas Nações Unidas no ano que vem, ano da biodiversidade.
254 Considerou que a criação dessa instância será muito importante para fazer a interface entre a
255 formulação de política no tema da biodiversidade. Fez um breve relato do que aconteceu em Paris
256 na última rodada de negociações para o regime internacional de ABS de acesso a recursos genéticos
257 e repartição de benefícios, que foram precedidas de uma reunião de peritos em Brasília sobre países
258 megadiversos. Falou que foram agendadas três reuniões técnicas, sendo que duas já haviam sido
259 realizadas, a primeira discutiu o cumprimento, a segunda, definições e a terceira, estava ocorrendo
260 no mesmo período da plenária, tratando do conhecimento tradicional associado, onde estavam
261 sendo definidas mais três rodadas de negociação até a próxima COP, até abril de 2010. Explicou
262 que a próxima será realizada no Canadá, na sede da CDB, posteriormente à reunião do grupo de
263 trabalho sobre o 8J. Falou que o prazo entre a negociação de abril e a próxima COP parece longo,
264 mas que esta fora uma demanda brasileira para que se pudesse cumprir com a exigência de seis
265 meses prévios à COP para adoção de um regime vinculante. Sem entrar em muitos detalhes da
266 negociação, esclareceu que conseguiram passar da etapa em que pararam na Alemanha, cuja
267 estrutura continha elementos sobre os quais a comunidade internacional alcançou um acordo que
268 deveriam constar do regime e outros sobre os quais não havia ainda acordo. Explicou que essa
269 estrutura fora chamada no linguajar de negociação de tijolos e itens, sendo reconhecidos como
270 tijolos, às questões sobre as quais todos acordaram de se fazer referência e disposição no regime
271 internacional. O objetivo será alcançar um documento com valor legal e coerência, com estrutura
272 para se passar para uma etapa de negociações em abril do ano que vem. O salto fora dado na

273 reunião de Paris, porém o documento gerado, o ABS 7/8, de cinco de maio de 2009, encontra-se
274 eivado de colchetes, apresentando difícil leitura. O segundo ponto considerado importante na
275 reunião foi o de deixar claro que não obstante ter-se abandonado a estrutura dos tijolos, aqueles
276 itens sobre os quais a COP da Alemanha já havia estabelecido como consensuais, permaneceriam
277 sendo reconhecidos como tais. Em síntese, reconheceu os resultados como modestos, no entanto,
278 disse que permitiram que o Governo brasileiro avançasse para essa próxima rodada de negociação,
279 com um documento que vai seguramente receber muitos outros aportes, e que adquirirá um corpo,
280 uma cara de um documento que na reunião da Colômbia, em abril de 2010, esperam poder limpar,
281 de modo a alcançar um instrumento que possa ser adotado na COP. Quanto à sessão de objetivo,
282 considerou que fora a sessão melhor negociada, e a que vai ser mais fácil limpar. Entretanto, a
283 sessão de escopo encontra-se muito aberta e com possibilidades de que o regime internacional
284 incorpore tudo ou que tenha tantas exceções que ele será praticamente inócuo. A Sra. **Lídia**
285 **Leandra** questionou se o Sr. **Fernando Coimbra** se referira a uma articulação forte entre os mega
286 diversos e Brasil para a definição de medidas de cumprimento, já que isso significaria a definição
287 de um regime vinculante para um imediato, e quais medidas seriam necessárias para isso. O Sr.
288 **Fernando Coimbra** esclareceu que a posição dos países em desenvolvimento, não só os mega
289 diversos, foi unânime em favor da adoção de um regime vinculante e que a primeira ferramenta
290 seria a adoção de um certificado internacionalmente reconhecido de cumprimento da legislação
291 nacional. O Sr. **Braulio Dias** reformulou a pergunta indagando se o regime deverá prever algumas
292 regras que irão impor aos países uma questão de acesso ou se simplesmente respeitará a legislação
293 nacional. O Sr. **Fernando Coimbra** disse que a posição brasileira para que esse regime funcione,
294 não poderá ser prescritiva e se sobrepor à vontade soberana dos estados, devendo ser relativamente
295 simples. O primeiro elemento será o certificado e o segundo, será o que é chamado de a revelação
296 de origem no momento do registro da patente. A terceira perna desse regime será o reconhecimento
297 internacional, o compromisso assumido por aqueles países que vierem a aderir a esse instrumento,
298 respeitando a legislação do país provedor daquele recurso genético, fornecendo instrumentos claros
299 para evitar a apropriação indevida a biopirataria, e que se movem dentro do vácuo jurídico
300 internacional existente. O Sr. **Braulio Dias** alegando que muitos países ainda não têm uma
301 legislação nacional sobre essa questão de ABS, questionou como isso funcionaria e se seriam
302 adotadas exigências mínimas com relação a essas regras de repartição. O Sr. **Fernando Coimbra**
303 disse se tratar de um ponto importante sobre o qual ainda não há um entendimento da comunidade
304 internacional. Informou que estão buscando organizar uma nova rodada de discussão em nível de
305 peritos dos países mega diversos antes da reunião de Montreal. Disse que para o Brasil, o interesse
306 prioritário é que haja o desenvolvimento científico e tecnológico do país, crendo que o caminho será

307 através dessas modalidades de repartição de benefícios previstas na convenção, sobre as quais ainda
308 cabe definir como torná-las mais eficientes de modo a resultarem em benefícios mais claros que
309 dêem justamente esse sentido econômico à conservação do uso sustentável. O regime vinculante
310 fará com que todos os países ao assinarem aquele instrumento terão que internalizá-lo e submetê-lo
311 às suas instâncias legislativas. O Sr. **David Oren** argumentou que o Peru deixou claro que os
312 recursos pertencem à união, não tendo a intenção de facilitar o acesso ao conhecimento tradicional
313 dos povos indígenas. O Sr. **Fernando Coimbra** disse que o próprio processo gerará
314 constrangimentos que limitarão esses exageros e concluiu sua explanação informando sobre uma
315 nova rodada de negociação dos mega diversos em Brasília em articulação com o Ministério do
316 Meio Ambiente, com o objetivo de fechar as posições do grupo e chegar à próxima rodada com um
317 acervo de posições sólido sobre os temas que ainda faltam ser examinados. Colocou-se aberto para
318 que a Comissão incorporasse alguma idéia ou proposta específica. A Sra. **Márcia Chame** levantou
319 a questão da política de plantas medicinais e dos conhecimentos difusos. O Sr. **João Pessoa**
320 questionou sobre a questão das licenças para exportação e importação do CITES e como garantir a
321 segurança. O Sr. **Braulio Dias** recolocou a intenção brasileira de adotar um regime que não
322 comprometa as regras internacionais. O Sr. **Fernando Coimbra** acrescentou que atualmente é
323 possível acessar recursos genéticos brasileiros de várias formas e a única maneira de se assegurar
324 isso é através da adoção de uma obrigação internacional reconhecida pelo país. O Sr. **Braulio Dias**
325 solicitou uma orientação sobre temas que valessem à pena serem discutidos na CONABIO para a
326 COP 10. O Sr. **Fernando Coimbra** informou que além da negociação de ABS, tema central
327 atualmente na CDB, estava em discussão o conjunto de temas do grupo de trabalho sobre a reunião
328 8J (documento WG 8J/6/1), dentre eles a discussão sobre sistemas sui gêneris para proteção de
329 conhecimento tradicional e inovações e práticas. Também disse que outra discussão que merecia
330 especial atenção era o código de conduta ético para assegurar o respeito ao patrimônio cultural
331 intelectual das comunidades indígenas e locais. Falou ainda sobre duas reuniões próximas, a reunião
332 do grupo de trabalho sobre revisão e implementação da convenção, e a reunião do SBSTTA, Órgão
333 Subsidiário de Assessoramento Técnico Científico e Tecnológico da Convenção, nas quais o tema
334 mais importante será a discussão do plano estratégico e das metas pós 2010, lembrando a todos que
335 2010 fora eleito o ano internacional da biodiversidade. O Sr. **Braulio Dias** comentou mais uma vez
336 sobre a proposta de estratégia nacional sobre espécies exóticas invasoras que estava sendo discutida
337 na Câmara Técnica de Espécies Invasoras, no âmbito da CONABIO, considerando esta uma arma
338 muito importante para todos. O Sr. **Fernando Coimbra** lembrou ainda dos grandes relatórios
339 globais da CDB e o Sr. **Braulio Dias** lembrou-se do panorama global da biodiversidade número 3,
340 que deverá ser lançado num vento em Paris sobre o ano internacional da biodiversidade. O Sr.

341 **Fernando Coimbra** questionou sobre o andamento do relatório nacional. O Sr. **Braulio Dias**
342 informou que estava avançando e que fora solicitado um relatório de resultados, com um balanço de
343 qual a situação atual da biodiversidade. Disse que a expectativa era de que o relatório ficasse pronto
344 no início do segundo semestre, quando será apresentado em plenária para a CONABIO, podendo
345 servir de base para discussão da questão de metas pós 2010. O Sr. **Fernando Coimbra** lembrou-se
346 ainda do tema sobre a biodiversidade agrícola e biocombustíveis que também será discutido no
347 SBSTTA 14. O Sr. **Braulio Dias** elencou a agenda de discussão da estratégia de mobilização de
348 recursos financeiros. O Sr. **Fernando Coimbra** concordou que a Estratégia de mobilização de
349 recursos financeiros era um tema absolutamente crucial, proveniente de uma negociação ocorrida na
350 Alemanha. Também afirmou que o Itamaraty fará sempre o processo de consulta para consolidação
351 das posições brasileiras e disse que organizavam as reuniões com antecipação para essas definições.
352 O Sr. **Braulio Dias** questionou se seria realizada alguma discussão sobre biocombustíveis no Brasil
353 e o Sr. **Fernando Coimbra** respondeu que o MRE, o Ministério do Meio Ambiente e o MAPA
354 estavam tentando trazer uma dessas reuniões para São Paulo. O Sr. **Braulio Dias** complementou
355 dizendo que devido à questão da cana-de-açúcar, seria o local ideal e que o MMA estava
356 trabalhando com a Casa Civil e o MAPA para fechar o zoneamento da expansão de cana-de-açúcar
357 no Brasil para produção de biocombustíveis. Informou que o processo estava parado na Casa Civil,
358 devido às pressões dos estados da Amazônia do Pantanal para produção de cana na região. Também
359 esclareceu que foram tomadas precauções para evitar que a expansão da cana-de-açúcar não se dê
360 em detrimento tanto da biodiversidade quanto da produção de alimentos. Considerou que com a
361 criação da Câmara poderia ser solicitado que ela fizesse essa análise e fornecesse à Comissão mais
362 subsídios para a discussão em outubro. Informou sobre uma reunião que ocorreria na Inglaterra
363 organizada pelo WCMC, sobre indicadores de biodiversidade e que seria uma oportunidade de se
364 atualizar sobre a questão e seu avanço em nível internacional. A Sra. **Márcia Chame** levantou a
365 questão do código de conduta de ética e questionou se estavam sendo consideradas as células
366 humanas. O Sr. **Fernando Coimbra** esclareceu que em discussão sobre como lidar com recurso
367 genético humano na CDB, houve uma decisão logo no começo de não lidar com essa questão. O Sr.
368 **Braulio Dias** complementou dizendo que na constituição brasileira está claro que não se pode
369 comercializar nenhum produto ou subproduto do corpo humano, apesar disso ocorrer
370 constantemente. O Sr. **Fernando Coimbra** comentou rapidamente sobre o ano internacional da
371 biodiversidade, que haveria uma série de eventos internacionais de grande visibilidade ao longo de
372 2010, em particular a Assembléia Geral das Nações Unidas em que um ou dois dias seriam
373 dedicados inteiramente à biodiversidade, além da COP. O Sr. **Braulio Dias** considerou a
374 importância de a CONABIO organizar uma proposta de agenda para eventos no Brasil como parte

375 das comemorações do ano internacional da biodiversidade. O Sr. **Fernando Coimbra** disse ser
376 importante pensar numa agenda mais nacional para o ano internacional. O Sr. **Braulio Dias**
377 informou sobre uma parceria com o secretário executivo do MCT, o Sr. Elias, que se mostrou muito
378 favorável em criar uma agenda conjunta de pesquisa em biodiversidade para 2010. Disse também
379 que o Dr. Siqueira, do CNPq, diretor de programas especiais, estava interessado na temática, vindo
380 realizando discussões sobre alguns programas que existem na área de Ecologia, e que houvera
381 proposto a realização de um "workshop" com especialistas na temática ecologia e biodiversidade.
382 Dito isto, fez uma solicitação a todos os membros da CONABIO que enviassem idéias e sugestões
383 para a câmara temporária criada no âmbito da CONABIO para o ano internacional da
384 biodiversidade. O Sr. **David Oren** se colocou à disposição para auxiliar nessa iniciativa. A Sra.
385 **Márcia Chame** sugeriu a realização de um seminário na Casa Civil de dois dias. O Sr. **Braulio**
386 **Dias** informou que deveriam focar no que deveria ser feito, qual formato adotar, parceiros, se
387 envolveriam custos, e disse que os custos deveriam ser programados e negociados com o Ministério
388 do Planejamento, de modo a cumprir uma agenda substantiva. A Sra. **Márcia Chame** informou que
389 em dezembro de 2009 haverá a primeira Conferência Nacional de Saúde e Ambiente, e que os
390 membros da organização se mostraram bastante abertos a receber uma documentação que tratasse
391 da biodiversidade e que pudesse circular nesse imenso universo da conferência, desde a base
392 municipal, até o final da conferência nacional. O Sr. **Braulio Dias** solicitou que a Sra. **Márcia**
393 **Chame** enviasse a todos as informações dessa conferência, como data, agenda, site e um pouco das
394 etapas preparatórias. O Sr. **Fernando Coimbra** disse que seria muito interessante para as
395 discussões de ABS e na CDB, maiores informações sobre o programa de Medicina Tradicional que
396 pode ser replicado e divulgado internacionalmente. A Sra. **Márcia Chame** informou sobre a
397 existência de uma política regulamentada, a Rede Pan Amazônica de Saúde em Ambiente, que vem
398 estruturando a rede de fitoterápicos e plantas medicinais. O Sr. **Braulio Dias** solicitou que a Sra.
399 **Márcia Chame** enviasse maiores informações sobre a Conferência de Saúde e Meio Ambiente e
400 sobre a questão das plantas medicinais. Informou que em breve enviaria a todos uma versão
401 revisada de tudo o que fora aprovado e as demandas para o ano internacional da biodiversidade.
402 Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Nós, Gláucia Jordão Zerbini e Érica
403 Frazão Pereira, por solicitação do presidente da Comissão, lavramos a presente ata.